

# O Congresso na mira de FH

Presidente culpa Legislativo por medidas amargas como os juros altos e pede pressa nas reformas

Monica Gugliano

Marcelo Carnaval

**A**o discursar ontem na abertura da 33ª Convenção da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o presidente Fernando Henrique fez uma de suas mais duras críticas ao Congresso por não ter concluído a votação das mudanças na Previdência, cobrando mais agilidade nas votações das reformas que enviou ao Legislativo. Diante de quase dois mil empresários do setor, o presidente responsabilizou o Congresso por medidas amargas que teve de adotar, como as altas taxas de juros, porque os parlamentares ainda não se convenceram da necessidade das mudanças. Para Fernando Henrique, as reformas são uma condição para que o Brasil cresça com prosperidade e inflação baixa.

— Cabe pedir ao Congresso todas as vezes que vote? Cabe que se leve quatro, cinco anos, pedindo que se faça o óbvio? Não cabe mais. Cabe agora pressa. O país não agüenta mais a indecisão. E a indecisão não é do presidente da República. A indecisão é de quem posterga, de quem não vota, de quem adia, de quem não comparece e de quem tem medo de votar. A indecisão é daqueles que não têm coragem de dizer ao povo as razões pelas quais não votam e usam artifícios para fingir que estamos tirando direitos sociais, quando estamos querendo acabar com abusos e privilégios — afirmou o presidente, dizendo que se referia também à reforma tributária.

O presidente deu como exemplo a situação da Previdência, que acumulará déficit de R\$ 45 bilhões no ano:

— Os mais pobres vão pagar a aposentadoria dos mais ricos. É por justiça que se clama. Não é apenas por questão de equilíbrio orçamentário.



FERNANDO HENRIQUE: "O país não agüenta mais a indecisão. E a indecisão não é do presidente da República. A indecisão é de quem posterga, de quem não vota"

## Impacto deve ser ruim no Congresso

• As críticas devem ter uma repercussão negativa no Congresso. Amanhã será votado o recurso da banca ruralista contra o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que declarou inconstitucional o projeto de lei aprovado pela Comissão de Agricultura, que garante o abatimento de 40% das dívidas dos produtores rurais. O Governo adiou a votação nas últimas semanas, tentando convencer os parlamentares a rejeitar a proposta dos ruralistas. Também está prevista para esta semana a votação da MP que cria regras para o refinanciamento das dívidas agrícolas e já recebeu 39 emendas. Ontem, o deputado Augusto Nardes (PFL-RS), um dos líderes da bancada ruralista, ao ouvir as críticas do presidente, disse:

— Esse discurso vai pegar muito mal. Para nós é bom, provavelmente vai garantir nossa vitória.

No discurso, de improviso e feito após ouvir queixas dos empresários sobre a política econômica, Fernando Henrique lembrou que nos primeiros meses de Governo reuniu os partidos da base e tentou conversar com a oposição para mostrar os dados da economia, além de enviar ao Congresso uma proposta de reforma da Previdência. E, disse, a proposta só foi aprovada no começo deste ano e muito timidamente.

## A difícil matemática da Previdência

**R\$ 45 bilhões** é o total do déficit da Previdência para este ano

### O DÉFICIT EM CADA SETOR

**R\$ 20 bilhões** é o déficit no setor público  
O Governo arrecada **R\$ 3 bilhões** e gasta **R\$ 23 bilhões** com o pagamento de benefícios aos servidores da União

**R\$ 10 bilhões** é o déficit no INSS  
O Governo arrecada **R\$ 48 bilhões** e gasta **R\$ 58 bilhões** com o pagamento de benefícios dos segurados do setor privado

**R\$ 15 bilhões** é o déficit nos estados e municípios  
A solução do déficit depende de leis estaduais e municipais

### OS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO

Além do projeto que cria as regras gerais de previdência complementar no país, outros quatro estão no Congresso:

**Projeto de previdência complementar do setor público**  
• Os futuros aposentados do setor público que quiserem benefício acima do teto terão de ir para previdência complementar

**Mudança no cálculo das aposentadorias do setor privado**  
• O benefício passa a ser calculado com base nas contribuições desde julho de 1994 e não mais nos últimos 36 meses. O projeto cria o fator previdenciário, uma fórmula de cálculo que leva em consideração a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de sobrevivência de cada um. A proposta está nas comissões de Trabalho e de Seguridade Social da Câmara.

**Contribuinte individual**  
• O INSS quer eliminar a escala de salário-base de contribuição em cinco anos. O contribuinte individual, que hoje começa contribuindo sobre um salário mínimo no primeiro ano, passará a recolher a contribuição sobre a renda efetiva. O projeto inclui ainda a extensão do salário-maternidade a todas as mulheres seguradas.

**Regulamentação da previdência complementar no setor privado**

### AS MUDANÇAS QUE O GOVERNO NÃO CONSEGUIU APROVAR

• **Redutor de até 30% no momento da aposentadoria.** Foi mantida a aposentadoria integral dos servidores públicos.

• **Fim da isenção previdenciária a entidades que não prestam 100% de serviço gratuito.** Só conseguiu aprovar seu projeto porque cedeu no caso de hospitais e escolas, que podem ter isenção proporcional.

• **Extinção da aposentadoria especial para professores de todos os níveis,** mas, também na emenda, teve de manter o direito aos de ensino infantil e fundamental.

• **Idade mínima de 60 anos e 55 anos para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado.** Só foi mantido o tempo mínimo de contribuição (35 anos, homens, e de 30 anos, mulheres).

## Presidente prevê uma inflação de 7% para o país em 1999

Projeção é inferior à meta de 8% estabelecida pelo Governo dois meses atrás

• O presidente Fernando Henrique agradeceu aos supermercadistas o esforço para evitar a alta da inflação depois da mudança cambial. Ele lembrou que o país enfrentou uma desvalorização da moeda de 35% a 45% e afirmou que a inflação deste ano para os consumidores não vai ultrapassar 7%. A estimativa é inferior à meta de 8% fixada para 1999 pelo Governo há dois meses. Acrescentou que a alteração no câmbio abriu espaço para "uma política, claramente, de juros declinantes". A taxa básica do Banco Central é de 19,5%. Descontada a inflação de 7%, o país já estaria com juros reais no limite constitucional de 12%.

— Estamos no limite, mas queremos mais. Queremos seguir a trajetória declinante para que possamos ter as taxas de crescimento que almejamos e vamos tê-las — disse. ■

• MALAN CRITICA QUEM DEFENDE VOLTA DA INFLAÇÃO na página 21